

Somente a Câmara terá líder de Sarney

NetoRodrigues



Santana retoma a função dada por Jango a Tancredo

Ao ser indicado líder do governo na Câmara, o deputado Carlos Corrêa Menezes Santana, ou apenas Carlos Santana, 55 anos, retoma uma prática interrompida pelos governos militares e que teve em Tancredo Neves — durante o curto período em que João Goulart esteve à frente da presidência da República um dos maiores nomes a exercer a função. Nos últimos 20 anos, o líder da maioria, a Arena, e depois o seu sucessor, o PDS, faziam também às vezes de líder do governo na Casa.

Baiano de Salvador, Carlos Santana é pediatra e professor e foi ministro da Saúde de José Sarney, escolhido ainda por Tancredo Neves, até sua desincompatibilização, em maio de 1986, para candidatar-se pela terceira vez à Câmara.

Carlos Santana começou sua carreira política na extinta Arena, transferindo-se em 1979 para o Partido Popular (PP), de Tancredo Neves, com o grupo do ex-governador Roberto Santos, devido a divergências com a corrente liderada pelo ministro Antônio Carlos Magalhães. No PP, foi vice-líder no período de 1980-81. Em 1982, foi para o PMDB, com a incorporação do PP ao partido de Ulysses Guimarães. Neste mesmo ano, foi o primeiro vice-líder peemedebista na Câmara.

O deputado tentou por duas vezes candidatar-se à presidência da Câmara, mas, vindo que não tinha nenhuma chance, nem chegou a lançar o seu nome para disputar o cargo. A sua indicação para a função de líder do governo é considerada por muitos deputados como uma forma do presidente José Sarney contemplar o grupo adversário do ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, na Bahia. A aproximação de Carlos Santana com Sarney foi intensificada durante o período em que o deputado passou no Ministério da Saúde. Santana é um dos muitos parlamentares contrários à indicação de um líder do governo na Assembleia Constituinte.

Ulysses acha nomeação normal

Poucos minutos antes de ser anunciada oficialmente pelo Palácio do Planalto, a indicação de um líder do governo para acompanhar os trabalhos da Constituinte na Câmara foi defendida pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Para ele, trata-se de uma prerrogativa normal do governo, que apenas não estava sendo exercida.

— O presidente José Sarney se definiu pela ideia de ter um líder do Governo na Câmara, e nós o apoiamos — afirmou Ulysses ao deixar a presidência da sessão da Constituinte e caminhar para o seu gabinete. "Liderança do Governo sempre existiu, só que agora ela conviverá com a liderança dos dois partidos que o apoiam", explicou.

Apenas um dia antes, Ulysses demonstrava mais simpatia pela acumulação das lideranças do PMDB e do Governo na Câmara. Mas a eleição do novo líder do PMDB, cuja campanha agitava os deputados, foi transferida de ontem para hoje a pedido do presidente Sarney, que teria — caso seguisse a vontade de Ulysses — de abdicar da escolha de seu próprio líder para apostar em um dos quatro deputados em campanha para a liderança.

SIDERBRÁS
SIDERURGIA BRASILEIRA S.A.
SAS - Quadra 2-Bloco E-Ed SIDERBRÁS
C.G.C. nº 00.367.961/0001-39

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social da SIDERBRÁS, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76 (LSA), relativos ao exercício de 1986.

Brasília, 04 de fevereiro de 1987.

Amaro Lanari Júnior
Presidente

BRB
BANCO DE BRASILIA S.A.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O BRB — Banco de Brasília S.A., convoca o Sr. Jackson Samuel Batista Soares a comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado no Setor Bancário Sul, Q. 01, Bl. E, Ed. Brasília, 15º andar, nesta Capital, até o dia 11.02.87, para tratar de assunto relacionado à sua admissão neste Banco.

O não comparecimento até a data marcada implicará em desistência à vaga a que fez jus, reservando-se ao Banco o direito de convocar outro candidato habilitado no concurso Público realizado em 29.09.85.

GÓVERNO
JOSÉ APARECIDO

Brasília Capital de todos.

"O presidente da República acaba de me atribuir a difícil missão de líder da maioria, líder do governo, na Câmara dos Deputados. Considerei a atribuição uma missão e decidi aceitar". Com essas palavras, o deputado federal Carlos Santana (BA) anunciou pessoalmente a escolha de seu nome para a liderança do governo na Câmara. Santana foi recebido por Sarney às 15 horas, antes da primeira audiência da tarde e chegou ao Palácio do Planalto dez minutos antes da chegada do presidente Sarney, às 14h50, recusando-se a admitir que a decisão do Presidente já era fato consumado.

"Em política, o evidente é o que acontece", disse o líder pouco antes da audiência. E, na saída, Santana informou aos jornalistas que sua candidatura à liderança do PMDB seria retirada imediatamente. "Com esta decisão do presidente — afirmou o líder — não competirei amanhã (hoje) e que Deus me proteja". Carlos Santana, que desfrutava da confiança do ex-presidente Tancredo Neves da mesma forma que desfrutava da confiança do presidente Sarney, considera essa "uma difícil missão".



Indagado sobre como desempenharia sua missão, respondeu: "Com uma palavra, um verbo: articular. Vou articular. Uma missão que já desempenhei como simples deputado, articulação da Nova República. E agora continuarei desempenhando a missão de articulador, na Câmara".

Ele prometeu fidelidade absoluta ao presidente da República, ao PMDB e à Nova República. "Minha missão é difícil. Tenho de servir a três senhores: a Sarney, ao partido e à Nova República. Devo ser fiel aos três".

Ele não quis dar explicações sobre a mudança de nome do cargo. Até segunda-feira, o líder seria no Congresso e ontem, ao anunciar sua escolha, Santana referiu-se à liderança na Câmara. Disse ele que não conversara

com Sarney sobre essa mudança e, referindo-se às resistências tanto do PMDB quanto do PFL sobre a decisão presidencial em escolher um líder do Governo, Santana afirmou: "Essas resistências são residuais".

O novo líder do Governo acredita que a Aliança Democrática terá apoio de outros partidos. Sem citar os nomes dos partidos, Carlos Santana lembrou que sua função será a de "líder da maioria, portanto, liderar os partidos que apoiam ou que venham a apoiar o Governo. E acredito que novos partidos virão apoiar o Governo".

Quando à confusão sobre líder no Congresso e líder na Constituinte, ele lembrou que "não tenho papel formal na Constituinte", deixando implícito, entretanto, que sua articulação na Câmara se fará também na Assembleia Constituinte.

No final da entrevista, o líder do governo na Câmara observou que não tem limites fixados para sua articulação mas que ela não se estenderá ao Senado. E, indagado sobre a possível escolha de um líder para o Senado, ele respondeu que não sabe nada sobre o assunto.

A visão do Planalto

Memélia Moreira

O líder do governo está escolhido e ele atuará apenas na Câmara dos Deputados. A novidade foi entendida como recuo do Presidente da República mas, na verdade, Sarney optou pela fórmula mais equilibrada, sem colocar em risco as possíveis reclamações que os senadores fariam em ter um deputado circulando e negociando na "Câmara Alta" (Senado).

Sarney preferiu não ferir os brios dos senadores. Essa foi uma das razões de seu líder ser específico para a Câmara. Essa é a razão diplomática. A explicação política, entretanto, é outra. Se o Presidente da República escolhesse um líder específico para o Senado, ele não teria nenhuma alternativa. Ele seria obrigado a apontar o nome do senador Fernando Henrique Cardoso para desempenhar essa função. Há um ano o senador Fernando Henrique (SP) era líder do Governo no Congresso, por escolha de Tancredo Neves, quando o presidente Sarney foi sur-

preendido por uma entrevista de seu líder onde a crítica mais amena era contra o ministro João Sayad, do Planejamento, qualificando-o de "confeito de bolo".

Sarney preferiu então, não arriscar novamente e mudou o título de seu líder — é líder da maioria na Câmara, onde o presidente não espera ver um nome de sua confiança ser eleito na disputa de hoje pela liderança do PMDB na Câmara.

Além disso, no Senado, as preocupações presidenciais são mais reduzidas. Naquela casa, de graves senhores, não há grupos considerados "xiitas" e as folclóricas traquinagens do senador Fábio Lucena (PMDB-AM) são absorvidas com bom humor pelo governo. A articulação pode ser feita independente dos representantes do PFL e PMDB. Para negociar em nome do presidente, há também homem do PDS, fiéis ao presidente Sarney, entre eles, Virgílio Távora (CE) e Jaques Farias (PA).

Na Câmara não acontece o mesmo e Sarney mantendo

Avisão da Câmara

Andrei Meireles

Formalmente o PMDB absorve a indicação pelo presidente José Sarney de um líder no Congresso, expressando a aceitação através de frases protocolares sem qualquer vibração. Na realidade, o descontentamento foi contido, mas não superado. Em conversas informais, as resistências persistem e se manifestam de diversas formas. A mais comum é o ceticismo quanto à eficácia de um porta-voz do governo na Constituinte.

O 3º Secretário da Câmara, deputado Heráclito Fortes, um dos parlamentares mais ligados a Ulysses Guimarães, analisava, em conversas em plenário, a questão por um ângulo novo: a coordenação política, que está sendo atribuída a um deputado, deveria ser feita pelo ministro-chefe do Gabinete Civil. Como o presidente Sarney não quer substituir o ministro Marco Maciel, sem diálogo com o PMDB, optou pela criação de um novo cargo.

A avaliação mais comum no PMDB, e até em setores do PFL é que com a sua decisão o presidente Sarney, na prática, liberou os líderes partidários no Congresso da obrigação de defender o governo. O deputado Domingos Leonelli, da esquerda do PMDB, considera isto positivo: o PMDB ficará mais à vontade para explicitar suas posições, desprocurando-se do que pensa o governo.

De uma maneira geral, os políticos do PMDB consideram que, a médio prazo, Sarney vai se arrepender de sua decisão, independentemente das qualidades e da atuação de Carlos Santana. É que, ao tomar uma decisão unilateral, liberou também a bancada do PMDB para atuar como achar melhor.

Passo arriscado No PMDB há quem considere um passo arriscado, mais competente do presidente Sarney: ele estaria criando as condições para a desestabilização do próprio partido, abrindo espaço para a criação de uma nova agremiação unindo os conser-

vadores do PMDB e o PFL.

Essas análises preencheram ontem as conversas de todas as rodas de políticos do PMDB que se formavam em plenário, nos corredores ou nos gabinetes parlamentares. No dia anterior, à noite, Sarney tinha obtido a aceitação dos deputados Ulysses Guimarães e José Lourenço, do PFL, alegando necessidade vital de indicar um líder de sua integral confiança. Lourenço chegou a ligar para Santana, declarando-lhe: "Embora não fosse a fórmula preferida por nós, conte com o nosso apoio por ser uma decisão do presidente da República".

O próprio Ulysses, que resistia à nova liderança por considerá-la uma manifestação de desconfiança à bancada do PMDB, justificou, ontem, a indicação, comentando que a figura do líder da maioria é prevista no regimento Interno da Câmara e já foi utilizada no passado por diversos outros governos. Mais tarde, ao receber Santana em seu gabinete, fez elogios ao deputado baiano,

Meta agora será aprovar projetos

Lúcia Toribio

Vinte e oito de fevereiro — aniversário do Plano Cruzado — será o «dia D» para desembarcar os últimos nós deixados pelo mais recente sonho econômico nacional e coincidirá com a aprovação do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. De posse deste documento — e só então — o governo identificará seus parceiros no Poder Legislativo e poderá estabelecer os canais de interligação entre o Palácio do Planalto e o Congresso.

Quase como medida preventiva — ao comunicar ao deputado Carlos Sant'Anna sua nova missão o presidente não especificou nenhuma «tarefa», se limitando a uma explanação teórica sobre sua futura atuação — o Palácio do Planalto colocou um «homem de confiança» na Câmara dos Deputados. Pelo seu plenário deve ser apreciado o projeto que está sendo preparado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, para esta-

belecer a política de aluguéis e financiamento da casa própria, última vertebra «engessada» — para usar a figura do ministro João Sayad quando explicou as medidas econômicas decretadas em festa um ano atrás — pelo Plano Cruzado. Aluguéis proibidos; escassez de imóveis e falta de dinheiro para novas construções; pressões de proprietários, inquilinos e agentes financeiros. No projeto que está em gestação no anexo do Palácio do Planalto, o jurista Saulo Ramos procura compatibilizar esses interesses sem submeter o presidente a mais um desgaste frente à opinião pública.

Se o consultor conseguir esta façanha e o novo líder Carlos Sant'Anna garantir apoio suficiente para a sua aprovação, a nova Lei do Inquilinato terá tramitação normal — mas em caráter de urgência — na Câmara. Se não, o Plano Cruzado termina como começou: com a assinatura de Sarney sobre mais um decreto

presidencial.

Cartas na manga Sem pressa, o governo mantém no Congresso algumas «reservas morais» que podem ser utilizadas como trunfos caso os trabalhadores resolvam, mais uma vez, atender ao apelo presidencial ao pacto social. (A ideia, repetem diariamente os assessores palacianos, não está morta e os rumos unilaterais das últimas medidas econômicas vão mostrar o erro cometido pelas lideranças trabalhistas ao abandonar a mesa de negociações).

Tramitam, pelos corredores do Legislativo, com a morosidade característica da Casa, projetos do mais alto interesse dos trabalhadores, como a Lei de Greve e a Resolução 87, que altera a estrutura sindical e deve ser aprovada pelo Senado. A esses projetos, se o pacto for retomado, o governo pode juntar o aumento real do salário mínimo, que implicará em desindexação dos pisos salariais das demais categorias profissionais.



Senador do PMDB quer a população totalmente informada

Cardoso defende o engajamento da TV

As emissoras oficiais de rádio e televisão irão transmitir, diariamente e ao vivo, todo o desenrolar das sessões do Congresso Constituinte. Deverão procurar ainda informar em seus noticiários sobre os trabalhos que estiverem sendo desenvolvidos nas comissões.

Essa é a posição que o relator do projeto de regimento interno da Constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) pretende adotar: para que a população brasileira possa ser informada, através dos veículos oficiais, do andamento dos trabalhos constituintes. A decisão foi tomada por Fernando Henrique, depois de conversar na noite de segunda-feira com o presidente do Congresso Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e ontem pela manhã com um grupo de deputados e senadores peemedebistas.

Contudo, a ideia de se transmitir diariamente as sessões da Constituinte, ao vivo, tem seus adversários entre os parlamentares consultados pelo relator. O senador Severo Gomes (PMDB-SP), que participou com os deputados Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e Euclides Scalco (PMDB-PR) da reunião, de ontem, disse temer pelos níveis de audiência das emissoras oficiais. "Vai ser um tal de desligarem a televisão...", advertiu.

Quando às emissoras privadas, a disposição do relator é de continuar a negociação com a Abert sobre o disposto no anteprojeto das lideranças políticas, apesar da resistência da entidade à concessão de tempo

Partidos se aliam em defesa da soberania

Parlamentares do PDT, PMDB, PT e PC do B, reunidos à tarde de ontem decidiram intensificar uma ofensiva em defesa da soberania da Constituinte, e definir esse tema como prioritário nos debates de plenário. Os presentes ao encontro, realizado no gabinete do líder do PDT, Brandão Monteiro, também decidiram reagir a qualquer tentativa que vise submeter à decisão do Congresso a definição dos limites da Constituinte, ideia que tem adeptos no PDS (a começar do líder Amaral Neto), no PFL e entre parlamentares conservadores do PMDB.

Além de vários representantes do PDT, participaram da reunião os deputados Aldo Arantes, do PC do B, Plínio de Arruda Sampaio e José Genoíno, do PT, e Maurílio Ferreira Lima, do PMDB, autor da proposta que gerou toda a polêmica em torno da soberania da Constituinte que preconiza a capacidade dessa Assembleia revogar dispositivos da atual Constituição.

Maurílio Ferreira Lima expôs ao grupo o teor da conversa que manteve segunda-feira, com o presidente Sarney, a respeito da soberania da Constituinte. O presidente lhe afirmou que, como chefe de Estado, não podia admitir a revogação da atual Carta enquanto uma nova não esteja concluída, e sugeriu que Maurílio conversasse com o líder do governo Carlos Santana, sobre o assunto.

No encontro de ontem, Maurílio reafirmou declarações feitas na véspera ao Jornal de Brasília, indicando que seu objetivo não é o de criar dificuldades ao governo mas que, na essência, continua disposto a procurar formas capazes de assegurar a soberania da Constituinte.

Em nome do PT, o deputado Plínio de Arruda Sampaio repetiu o que já havia dito em plenário, horas antes: que o seu Partido não abre mão da luta pela soberania da Assembleia. O deputado Aldo Arantes, que representou o PC do B na reunião, disse que o seu partido, assim como os pedetistas, petistas e uma expressiva parcela do PMDB, sustentará a defesa da soberania da Constituinte acima de conveniências partidárias.

Antes do encontro, vários constituintes ocuparam a tribuna da Assembleia para tratar dessa questão. O peemedebista baiano Domingos Leonelli declarou que «soberania não é luxo nem subversão», mas um pré-requisito indispensável à elaboração de uma Constituição moderna e que desse pensamento partilham até mesmo setores conservadores.

O líder do PDT, Brandão Monteiro, encaminhou à Mesa a proposta do partido, antecipada pelo JBr, que define o mandato do presidente Sarney como transitório; põe fim ao decreto-lei, decurso de prazo, estado de emergência e medidas de emergência e revoga o artigo 32 da Constituição, que permite a suspensão do exercício do mandato parlamentar os chamados crimes contra a segurança nacional.

Um apelo à imprensa

Declarando que a imprensa estava com uma visão impropria e que deputado não trabalhava apenas em plenário, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, fez um apelo aos jornalistas no sentido de evitarem notícias que "apenas jogam a opinião pública contra os constituintes". Estamos no mesmo barco. Somos irmãos siameses, xifopagos. Se a democracia deixar de existir, se o Congresso deixar de

funcionar, logo vem a censura e a imprensa deixa também de funcionar, de servir ao povo", disse Ulysses.

Criticando algumas notícias veiculadas ultimamente, Ulysses Guimarães disse: "Não é com fotos e matérias que distorcem a verdade que vamos fazer uma constituição. Fazer uma foto com um ângulo escolhido no sentido de fazer a crítica é muito fácil. Precisamos é trabalharmos juntos em defesa da Nação".